



Revisão Previdenciária das Atividades Concomitantes

Você sabia que, ao longo dos anos, milhares de **pessoas que trabalharam em mais de um emprego ao mesmo tempo** podem ter recebido aposentadorias ou outros benefícios previdenciários com **valores menores do que deveriam?** Isso aconteceu porque, até pouco tempo atrás, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aplicava uma regra que prejudicava quem exercia atividades remuneradas em mais de uma empresa ou função.

Neste e-book, vamos explicar, de forma clara e objetiva, o que é a **Revisão das Atividades Concomitantes**, quem tem direito a essa revisão, como saber se o seu benefício foi calculado de forma errada e o que você precisa fazer para buscar essa revisão.

por Francisco Dias 



Bússola Legal
SEU GUIA JURÍDICO

O Problema das Atividades Concomitantes

Atividade Principal

O INSS considerava apenas uma parte do valor pago na atividade com maior tempo de serviço ou maior salário como a principal.

Atividade Secundária

As contribuições feitas em empregos ou atividades secundárias eram desvalorizadas no cálculo do benefício.

Resultado

Benefícios com valores reduzidos, mesmo que o segurado tenha contribuído corretamente em todas as atividades.

A Mudança em 2022

1

Decisão do STJ

Em 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que os valores pagos em todas as atividades concomitantes devem ser somados para calcular os benefícios.

2

Abertura para Revisão

Essa decisão abriu caminho para a chamada Revisão Previdenciária das Atividades Concomitantes.

3

Correção de Erros

A revisão pode corrigir os erros cometidos no passado e garantir um benefício mais justo para milhares de pessoas.



O Que é a Revisão das Atividades Concomitantes?

Definição

A Revisão das Atividades Concomitantes é uma oportunidade para corrigir o valor de benefícios previdenciários concedidos a pessoas que trabalharam em mais de um emprego ou atividade ao mesmo tempo.

Objetivo

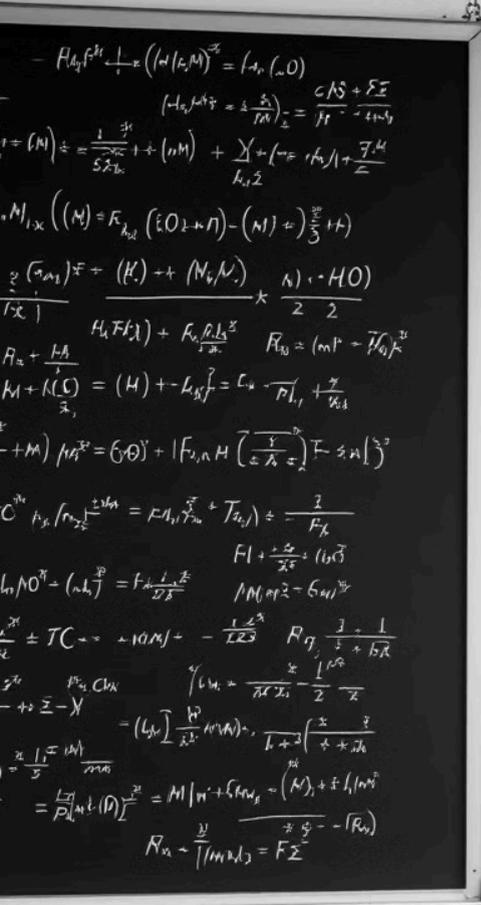
Corrigir o cálculo feito pelo INSS que desconsiderava boa parte das contribuições feitas nas chamadas **atividades secundárias**.

Benefícios Afetados

Aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios previdenciários podem ser revisados.



Como Funcionava o Cálculo Antigo



1

Separação das Atividades

O INSS separava as contribuições em atividade principal e secundária.

2

Cálculo da Atividade Principal

A atividade principal era calculada normalmente, com base na média das contribuições.

3

Redução da Atividade Secundária

Para a atividade secundária, aplicava-se uma fórmula que reduzia drasticamente o valor considerado.

4

Resultado Final

O benefício era calculado como se o segurado tivesse contribuído apenas parcialmente.

A Decisão que Mudou Essa Realidade

1 Julgamento do STJ

Em 2022, o Superior Tribunal de Justiça julgou um caso conhecido como Tema 1070.

2 Nova Determinação

O STJ determinou que o cálculo do benefício deve considerar a soma de todas as contribuições feitas ao INSS.

3 Limite Máximo

A soma das contribuições deve respeitar o limite máximo estabelecido pela Previdência (o chamado teto).

4 Correção de Injustiça

Essa decisão corrigiu uma injustiça e permitiu que milhares de pessoas busquem a revisão de seus benefícios.





Quem Pode Fazer a Revisão?



Período de Concessão

Benefícios concedidos entre 29/11/1999 e 17/06/2019.



Múltiplas Atividades

Trabalhou em **mais de uma atividade ao mesmo tempo durante o período de cálculo do benefício**. Ex.: professores, médicos, autônomos e contribuintes individuais em geral, etc.



Cálculo Separado

O cálculo feito pelo INSS foi separado em "atividade principal" e "atividade secundária".



Direito ao Ressarcimento

Se houver valores pagos a menos, também terá direito ao ressarcimento de parte dessas diferenças.

O Que é o Tema 1070 do STJ?

Definição

O Tema 1070 foi uma decisão tomada pelo **Superior Tribunal de Justiça (STJ)** em maio de 2022.

Conteúdo da Decisão

Definiu que os segurados que trabalharam em mais de uma atividade ao mesmo tempo têm direito a ter seus benefícios previdenciários **calculados de forma mais justa**, ou seja considerando os salários recebidos em todas as atividades exercidas, enquanto estavam na ativa.

Base Legal

A decisão foi baseada na interpretação da Lei nº 9.876/99.

Impacto

Permite a revisão de benefícios concedidos desde 29/11/1999, **respeitando o prazo de revisão de até 10 anos**, contados da data do pedido de revisão.



A Tese Firmada pelo STJ

"Após o advento da Lei 9.876/99 e para fins de cálculo do benefício de aposentadoria, **no caso de exercício de atividades concomitantes** pelo segurado, **o salário de contribuição deverá ser composto da soma de todas as contribuições previdenciárias** por ele vertidas ao sistema, respeitado o teto remuneratório."



Por Que Essa Decisão é Importante?

Antes da Decisão

O INSS fazia o cálculo separando as contribuições das atividades em duas categorias: principal e secundária. A atividade secundária sofria reduções que desconsideravam boa parte do valor pago ao INSS.

Após a Decisão

Todas as contribuições são somadas, respeitando o teto previdenciário. Isso resulta em benefícios mais justos, refletindo corretamente o histórico contributivo do segurado.

Impacto Financeiro

Os segurados que foram prejudicados podem buscar a revisão para corrigir esses cálculos e, em muitos casos, receber valores atrasados.

Quais Benefícios Podem Ser Revisados?



Aposentadorias

Por idade, por tempo de contribuição ou especial.



Pensões por morte

Benefícios concedidos aos dependentes do segurado falecido.



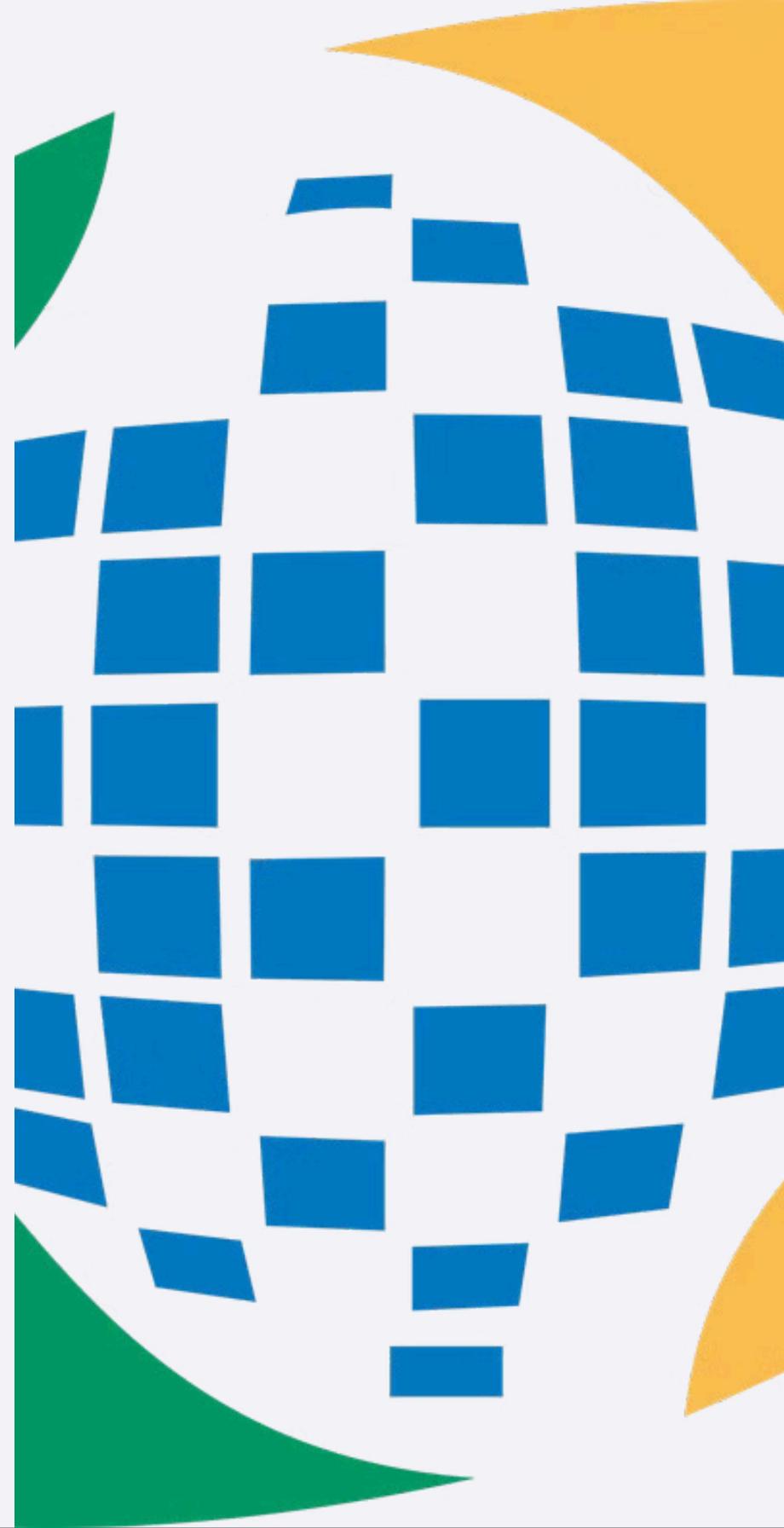
Auxílios-doença

Benefícios concedidos por incapacidade temporária.



Aposentadorias por invalidez

Benefícios concedidos por incapacidade permanente.





O INSS Reconhece Esse Direito?

- 1 Não Aplicação Automática**

Infelizmente, o INSS não aplica essa revisão automaticamente.
- 2 Necessidade de Ação Judicial**

Para corrigir o benefício, é necessário entrar com uma ação judicial.
- 3 Recálculo Judicial**

Na ação, o cálculo será refeito com base na soma das contribuições.
- 4 Importância da Assessoria Jurídica**

Um advogado especializado pode ajudar a garantir que seus direitos sejam respeitados.

Como Identificar a Necessidade de Revisão

1

Obter a Carta de Concessão

Baixe a carta de concessão do seu benefício no portal Meu INSS.

2

Analisar o Documento

Procure por informações que indiquem a separação das contribuições em atividade principal e atividade secundária.

3

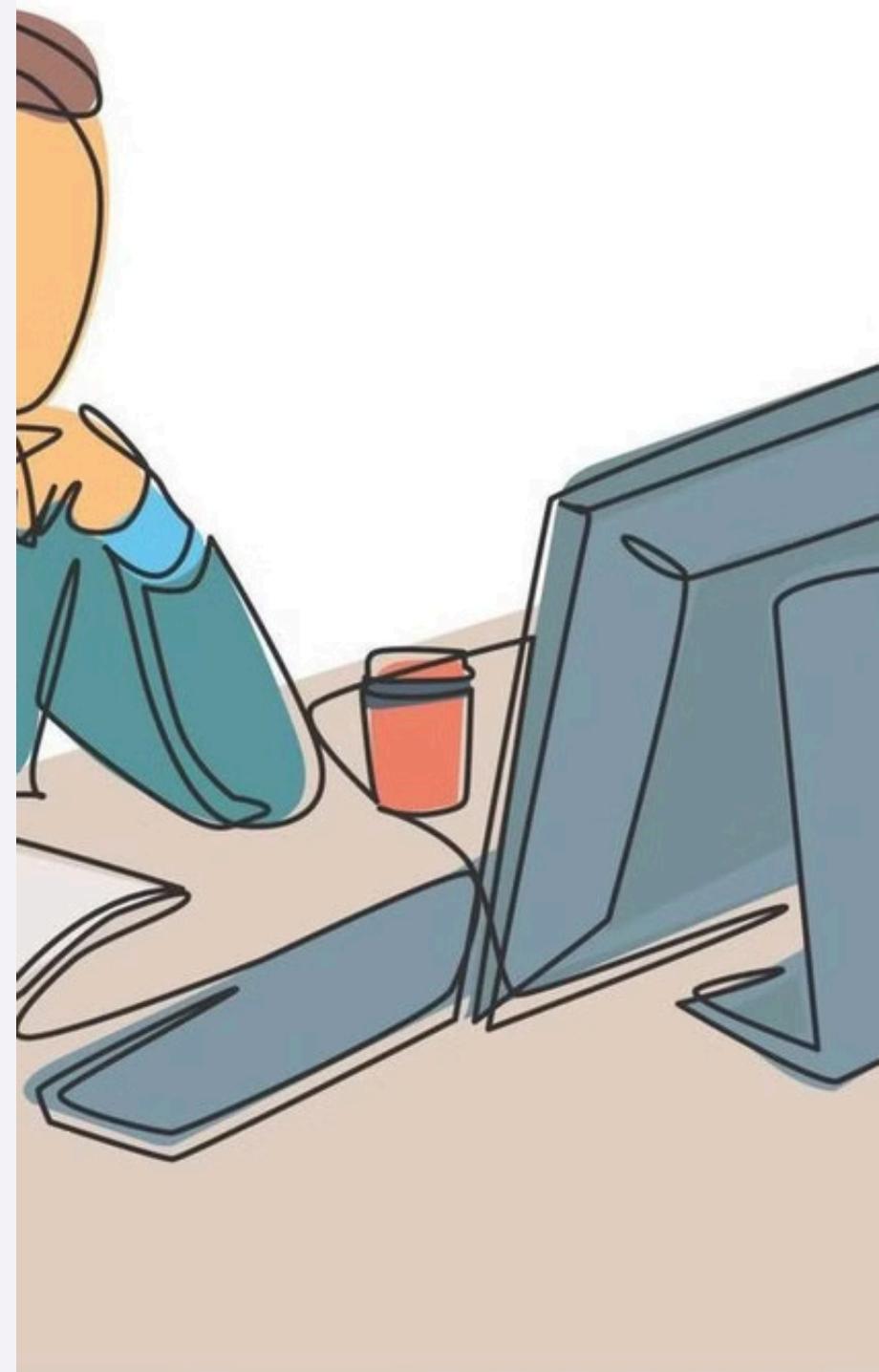
Identificar Redução

Verifique se houve redução aplicada ao valor das contribuições feitas na atividade secundária.

4

Buscar Orientação

Se encontrar sinais de cálculo incorreto, busque ajuda de um advogado especializado.



O Que é a Carta de Concessão?

Definição

A carta de concessão é o documento fornecido pelo INSS que detalha como o seu benefício foi calculado.

Conteúdo

Traz informações como o salário de contribuição usado no cálculo, o tempo de contribuição considerado e a metodologia aplicada para atividades concomitantes.

Disponibilidade

Está disponível no portal Meu INSS e pode ser baixada gratuitamente.

Importância

É essencial para identificar se o benefício foi calculado de forma injusta.

Atividade Principal

Cálculo de Benefícios segundo a Lei 9876, de 29/11/1994

Salário	Índice	Sal. Corrig
1.377,53	1,5750	2.16
1.377,53	1,5831	2.18
1.316,20	1,5911	2.09
910,18	1,7391	1.58
1.606,34	1,7485	2.80
1.629,00	1,7586	2.86
1.678,10	1,7612	2.95
1.606,34	1,7612	2.82
2.141,79	1,7618	3.77
1.687,54	1,7598	2.96
1.768,74	1,7721	3.13
1.606,34	1,7883	2.87
1.642,22	1,8013	2.95
1.504,91	1,8092	2.72
798,87	1,8196	1.45

Atividade Secundária

lo de Benefícios segundo a Lei 9876, de 29/

Sal. C	Índice	Sal. C
4,46	1,8724	
8,26	1,8817	
6,76	1,8893	

$$\text{Previdenciário} = \frac{Tc \times a}{Es} \times \left(1 + \frac{(Id + Tc \times a)}{100} \right)$$

onde,

Tempo de contribuição = 16 grupos de 12

Expectativa de Sobrevida = 21,8 ano(s)

idade = 60 ano(s)

quota = 0,31

Benefício = média X fator previdenciário X (

O Que Procurar na Carta de Concessão?



Separação de Atividades

Procure por informações que indiquem a separação das contribuições em atividade principal e **atividade secundária**.



Redução Aplicada

Observe se houve redução aplicada ao valor das contribuições feitas na atividade secundária.



Valores Considerados

Verifique quais valores foram considerados para cada atividade no cálculo final.



Sinais de Cálculo Incorreto

Fique atento a valores que pareçam menores do que o esperado, considerando suas contribuições.

Quem Pode Ajudar na Análise?



Advogado Especializado

Um advogado especializado em direito previdenciário pode analisar os detalhes do cálculo.



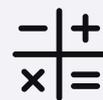
Orientação Legal

Receberá orientação sobre como buscar a revisão judicial do seu benefício.



Análise Detalhada

O profissional pode confirmar se você foi prejudicado pelo cálculo antigo do INSS.



Cálculo do Benefício Correto

O advogado pode fazer uma estimativa do valor correto do seu benefício após a revisão.





Como Buscar a Revisão?

Confirme Seu Direito

Reúna todos os documentos necessários para confirmar que você foi prejudicado no cálculo do benefício.

Contrate um Advogado

Procure um profissional especializado em direito previdenciário para preparar e protocolar a ação judicial.

1

2

3

4

Entenda os Prazos

Verifique se você está dentro do **prazo decadencial de 10 anos** para pedir a revisão.

Acompanhe o Processo

Fique atento às etapas do processo judicial e forneça informações adicionais se necessário.

Documentos Necessários para a Revisão



Carta de Concessão do Benefício

Disponível no portal Meu INSS, detalha como seu benefício foi calculado.



Comprovantes de Renda

Contracheques ou outros comprovantes para períodos onde houve atividades concomitantes.



CNIS

Cadastro Nacional de Informações Sociais, contém o histórico de contribuições.



Extratos de Contribuição

Caso tenha contribuído como autônomo ou contribuinte individual.

Relações Previdenciárias

Remunerações

Competência	Remuneração
04/1986	2.390,00
07/1986	2.509,99
10/1986	2.906,00
01/1987	4.415,00
04/1987	5.675,99
07/1987	9.506,99
10/1987	16.165,00
01/1988	12.360,01
04/1988	45.737,98
07/1988	54.783,98
10/1988	98.313,97
01/1989	239,00
04/1989	265,00
07/1989	817,99
10/1989	1.699,00
01/1990	3.324,91
04/1990	16.915,73
07/1990	23.499,63
10/1990	49.360,49
01/1991	69.714,82

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações e o segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ou agrupamento, conforme o caso, de acordo com o § 1º

Entenda os Prazos

Prazo Decadencial

Você tem **até 10 anos**, contados a partir do recebimento da primeira parcela do benefício, para pedir a revisão.

Efeitos Financeiros Retroativos

Mesmo que você solicite a revisão dentro do prazo de 10 anos, os **valores atrasados** serão pagos apenas pelos **últimos 5 anos**, contados **da data do pedido judicial**.

Importância da Agilidade

Quanto antes você iniciar o processo de revisão, maiores as chances de **recuperar valores atrasados e corrigir o benefício atual**.



Etapas do Processo Judicial

1

Contratação de Advogado

Procure um profissional especializado em direito previdenciário.

2

Preparação da Ação

O advogado realizará os cálculos e preparará a documentação necessária.

3

Protocolo da Ação

A ação será protocolada no juizado competente.

4

Análise Judicial

O juiz analisará o caso, podendo solicitar perícia ou determinar a revisão do benefício.

Benefícios da Revisão

Aumento no Valor Mensal

O benefício mensal será ajustado para refletir a soma das contribuições de todas as atividades.

Valores Atrasados

Possibilidade de receber os valores atrasados dos últimos 5 anos, corrigidos monetariamente.

Correção de Injustiça

Reconhecimento justo de todas as contribuições feitas ao longo da vida laboral.

Impacto na Qualidade de Vida

O aumento no benefício pode proporcionar uma melhoria significativa na qualidade de vida do aposentado.





Exemplo Real de Impacto Financeiro

Situação	Valor Mensal do Benefício	Valores Atrasados (5 anos)
Antes da Revisão	R\$ 2.306,01	R\$ 0,00
Após a Revisão	R\$ 3.262,14	R\$ 57.367,80

O exemplo acima é de uma professora que exercia atividade remunerada em mais de uma escola. Mas pode acontecer com professores universitários, médicos, autônomos, ou seja, para todos aqueles que contribuíram para o INSS, tendo atividade em mais de um emprego ou atividade.



Por Que Agir Agora?



Prazo Decadencial

O pedido de revisão pode ser feito até 10 anos após o recebimento da primeira parcela do benefício.



Valores Retroativos

Os valores retroativos são limitados aos últimos 5 anos contados a partir da data do pedido judicial.



Correção de Injustiça

Quanto antes buscar a revisão, maiores serão as chances de corrigir o erro e receber os valores a que tem direito.



Melhoria Financeira

A revisão pode resultar em um aumento significativo no valor mensal do benefício.

Próximos Passos



1

Reúna Documentos

Baixe a sua carta de concessão no site ou aplicativo Meu INSS e consulte o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) para identificar os salários de contribuição.

2

Analise o Caso

Verifique se as contribuições foram separadas em "atividade principal" e "atividade secundária" ou procure sinais de que o cálculo foi desfavorável.

3

Procure Ajuda Profissional

Um advogado especializado em direito previdenciário poderá confirmar se você tem direito à revisão e orientar todo o processo judicial.

4

Fique Atento ao Prazo

Não perca tempo! O prazo decadencial de 10 anos pode limitar a sua possibilidade de revisão.

Dúvidas



Estamos aqui para garantir que você tenha todas as ferramentas para conquistar seus direitos, e, **se precisar de apoio em qualquer etapa do processo, ficaremos felizes em ajudar.** Sinta-se à vontade para entrar em contato.

*Caso haja interesse, envie-nos uma mensagem pelo **WhatsApp**:*

Clique aqui

E-mail: contato@bussolalegal.com.br



Agradecemos pela leitura

Agradecemos por ter lido este e-book e esperamos que ele tenha sido útil para esclarecer suas dúvidas sobre a isenção de Imposto de Renda.



Estamos aqui para ajudar

Se você precisar de qualquer orientação ou quiser saber mais sobre os seus direitos, não hesite em nos contatar. Estamos à disposição para te apoiar no que for necessário.



Desejamos sucesso

Desejamos sucesso no seu processo e que você consiga garantir seus direitos de forma tranquila e eficiente.